

Working Paper CEsA CSG 134 / 2015

EMIGRAÇÃO¹ E OS PEQUENOS ESTADOS INSULARES EM VIAS DE DESENVOLVIMENTO: OS CASOS DE CABO VERDE E S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Armindo do ESPÍRITO SANTO

Resumo

As remessas de emigrantes e ajuda pública ao desenvolvimento são dois tipos de fluxos que se combinam e estão cada vez mais presentes no dia-a-dia da generalidade dos pequenos países insulares, mormente daqueles que não dispõem de um recurso natural valioso. Um outro fluxo importante é o investimento direto estrangeiro. Esses fluxos externos são vitais ao desenvolvimento dos países em desenvolvimento em geral e, particularmente, dos pequenos Estados insulares (PEI) mas não têm em todos a mesma importância. As remessas de emigrantes são muito significativas no Haiti, no Lesoto, em Cabo Verde e em Benim enquanto em S. Tomé e Príncipe, por exemplo, é o IDE que tem sido crucial. Diferentemente de outros fluxos externos de desenvolvimento, as remessas dos migrantes revelam maior estabilidade e previsibilidade e são canalizadas diretamente para as famílias, que as afetam, prioritariamente, nas suas necessidades mais imediatas de consumo de bens e serviços contribuindo, deste modo, para a redução da pobreza no país de origem dos migrantes. Os argumentos a favor e contra as remessas e a discussão dos

¹ Não é possível discutir a emigração sem considerar a imigração. Esta última é um processo pelo qual as pessoas provenientes de outros países se movimentam num determinado país com o objetivo de nele se fixarem. A emigração é um movimento de saída das pessoas do seu país para se estabelecerem num outro país. Aquele que se desloca para se fixar num outro país é ao mesmo tempo um emigrante e um imigrante e, portanto, é um migrante. A imigração e emigração formam uma simbiose que produz padrões globais de migração que ligam entre si os países de origem e os países de destino.

efeitos das remessas no crescimento económico contribuíram para vincar a relevância das remessas nos pequenos países em desenvolvimento. Mas em certos PEIVD, uma percentagem importante dos emigrantes na população total corresponde a remessas relativamente pequenas ou irrisórias, pelo que parece haver aqui razões culturais, para além das económicas, a influenciar um menor envio das remessas, como ocorre no caso de S. Tomé e Príncipe. A análise comparada mostra que a economia de Cabo Verde depende das remessas de migrantes para o seu desenvolvimento enquanto a de S. Tomé Príncipe depende do IDE. Como as remessas são vitais para os PEIVD, torna-se essencial a adoção de estratégias que visem atrair mais remessas de emigrantes para a sua economia.

Palavras-Chave remessas, emigrantes, migrantes, PEIVD

Jel Classification Numbers F22, F24, O16, Z13, F35

Abstract

Workers' remittances and official development assistance are two types of flows that combine and are increasingly present in the day by day of most small island states, especially those that do not have a valuable natural resource. Another important flow is the foreign direct investment. These flows are vital to the development of developing countries in general and particularly of Small Island States (SIS), but do not have in all the same importance. Remittances of emigrants are very significant in Haiti, Lesotho, Cape Verde and Benin while in S. Tome and Principe, for example, it is the FDI that has been crucial. Differently from other external development flows, remittances from migrants reveal greater stability and predictability and are channeled directly to the families, that affect them primarily in their most immediate needs of consumer goods and services contributing thus to reduce poverty in the country of origin of migrants. The arguments for and against the remittances and the discussion of the effects of remittances on economic growth have contributed to stress the importance of remittances in small developing countries. But in certain SIDS, a significant proportion of migrants in the total population have produced remittances relatively small or negligible, so there seems to be here cultural reasons, in addition to economic one, influencing minor sending remittances, as in the case of São Tomé and Principe. The comparative analysis shows that the economy of Cape Verde is dependent on migrant remittances for its development while the economy of S. Tome and Principe is dependent on the FDI. As remittances are vital to SIDS, it is essential they adopt strategies to attract more remittances to their economy.

Keywords remittances, emigrants, migrants, SIDS.

WORKING PAPER

/ DOCUMENTO DE TRABALHO

*O CEsA não confirma nem infirma
quaisquer opiniões expressas pelos autores
nos documentos que edita.*

O **CEsA - Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina** é um centro de investigação que se tem dedicado ao estudo do desenvolvimento económico, social e cultural dos países em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina, com especial ênfase no estudo dos países de língua oficial portuguesa, China e Ásia-Pacífico. Além disso, promove a investigação noutros tópicos, teóricos e aplicados, dos estudos de desenvolvimento noutras regiões, tentando promover uma abordagem multidisciplinar e uma interligação permanente entre os aspetos teóricos e aplicados da investigação.

O **CEsA** está atualmente integrado no **CSG - Investigação em Ciências Sociais e Gestão**, um consórcio de I&D criado em 2013 no ISEG por quatro dos seus centros de investigação - ADVANCE, CEsA, GHES e SOCIUS. Classificado como “Excelente” no âmbito do último processo de Avaliação de Unidades de I&D promovido pela FCT, o CSG conta com mais de 200 investigadores, incluindo professores do ISEG, docentes de outras escolas, investigadores independentes, bolseiros de pós-doutoramento e estudantes de doutoramento. As atividades do CSG fornecem um enquadramento de alto nível para a investigação e o ensino, tanto a nível nacional como internacional.

O CEsA participa ativamente nas atividades de ensino do ISEG, nomeadamente, no Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional e no Doutoramento em Estudos de Desenvolvimento / *Development Studies*, fundamentalmente a dois níveis: através do apoio que dá a esses cursos e da lecionação, pelos seus membros, de várias unidades curriculares, bem como da supervisão de teses e dissertações finais dos alunos. Organiza, igualmente, seminários e conferências ao longo de cada ano letivo, separadamente ou em colaboração com o Mestrado e o Doutoramento.

A internacionalização é também um objetivo importante e que tem sido perseguido através da participação em redes internacionais e programas conjuntos de investigação, bem como na criação de incentivos para ajudar os seus investigadores a aumentar o número de publicações em revistas internacionais de reconhecido mérito.

O AUTOR

Armindo do ESPÍRITO SANTO

Doutor em Economia. Investigador do CEsA/ISEG/UL

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. ARGUMENTOS CONTRA E A FAVOR DA EMIGRAÇÃO: O CASO DOS PEIVD .	6
3. AS REMESSAS DE EMIGRANTES – UM CONCEITO	8
4. AS REMESSAS COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO	9
4.1. As remessas: sua importância para os PVD e para os PEI.....	9
4.2. As remessas: uma afetação questionável.....	13
5. AS REMESSAS: DISCUSSÃO DOS SEUS EFEITOS NO CRESCIMENTO ECONÓMICO	15
6. REMESSAS: OS CASOS DE CABO VERDE E S. TOMÉ E PRÍNCIPE	17
7. SIGNIFICADO DE UMA AMOSTRA PARA O CASO DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE	20
8. INFLUÊNCIA DE VALORES CULTURAIS NAS REMESSAS DE MIGRANTES...	22
9. OS PEIVD E AS REMESSAS DE MIGRANTES: ALGUMAS RECOMENDAÇÕES	23
10. CONCLUSÃO.....	25
REFERÊNCIAS	27
ANEXOS	29

1. INTRODUÇÃO

O objetivo central deste artigo consiste em discutir a importância das remessas dos emigrantes para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento (PEIVD) e, em particular, para Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe. Para estes dois casos, a análise será feita em termos comparativos com base na série de 1991 a 2013. Mais do que os efeitos das remessas no crescimento económico, o artigo preocupa-se com as razões pelas quais em certos PEIVD, com uma grande percentagem de emigrantes na população total, as remessas são relativamente pequenas ou mesmo insignificantes e admite-se que há valores culturais, ou sua mudança, o originar uma magnitude menor das remessas. Por outro lado, o artigo questiona quais as estratégias que os PEIVD devem adotar para atrair mais remessas de emigrantes para a sua economia bem como uma utilização mais eficiente das mesmas tendo presente a sua importância no desenvolvimento humano desses países. Este artigo tem um interesse particular porque compara dois pequenos Estados insulares de África lusófona com percursos diferentes em termos de emigração e remessas de emigrantes. Cabo Verde tem tradição na emigração e sua economia depende de remessas de migrantes para o seu desenvolvimento, enquanto o fluxo externo de desenvolvimento vital para S. Tomé Príncipe é o IDE, sendo marginal as remessas de emigrantes. Este artigo foi estruturado com base em relatórios e estatísticas de organizações internacionais e de fontes oficiais de Cabo Verde e de S. Tomé e Príncipe, nomeadamente Banco Mundial, PNUD, Banco de Portugal, Banco de Cabo Verde e INE de S. Tomé e Príncipe. A literatura e estudos sobre remessas de emigrantes nos países em desenvolvimento bem como obras de especialistas sobre pequenos Estados insulares foram, igualmente, utilizados para o efeito. A análise comparada entre Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe foi realizada com base na recolha e tratamento de estatísticas do Banco de Portugal, Banco de Cabo Verde (BCV) e INE S. Tomé e Príncipe. Em relação a Cabo Verde, tive de converter a informação em escudos cabo-verdianos em dólares americanos, com base em câmbios oficiais do BCV. Os dados que serviram de suporte à elaboração dos gráficos, em anexo no ponto 10, foram obtidos a partir daquelas fontes. Para o efeito, utilizei o PIB a preços correntes. Assim, este ensaio foi estruturado em 9 pontos como indico a seguir: o ponto 2 aborda argumentos contra e a favor da emigração, o ponto 3 define o conceito de remessas de emigrantes, o ponto 4 argumenta sobre a importância das remessas e sua afetação, o ponto 5 discute os efeitos das remessas no crescimento económico, o ponto 6 analisa, em termos comparativos, os fluxos de desenvolvimento em Cabo Verde e em S. Tomé e Príncipe, o ponto 7 analisa o resultado de uma amostra para o caso de S. Tomé e Príncipe, o ponto 8 indaga sobre influência de valores culturais nas remessas de migrantes, o ponto 9 apresenta algumas recomendações e o ponto 10 trata das conclusões.



2. ARGUMENTOS CONTRA E A FAVOR DA EMIGRAÇÃO: O CASO DOS PEIVD

Não há unanimidade entre os académicos sobre o papel da emigração no desenvolvimento humano dos países em vias do desenvolvimento. A discussão tem sido centrada em torno da perceção da importância relativa dos fatores positivos e negativos relacionados com a emigração e opõe os pessimistas, que são aqueles que entendem que há mais efeitos negativos do que positivos, aos otimistas, que têm uma perspetiva precisamente oposta, emergindo daí argumentos contra e a favor da emigração.

Na abordagem do tema, há o risco de se confundir a emigração com as remessas de emigrantes. Na verdade, são os que emigram que enviam as remessas para os seus países de origem mas não se pode reduzir emigrantes a remessas de emigrantes. Estes representam muito mais do que os fluxos que enviam para as suas terras de origem. Eles contêm em si, em certa medida, uma dinâmica sociocultural produtora de transformação social nos países de acolhimento.

Como elemento de ligação entre o país de origem e o país de destino, o migrante acumula conhecimentos importantes no país de acolhimento que depois põe em prática, ou influencia a sua implementação, no seu país de origem, produzindo aí outra dinâmica de mudança. Por conseguinte, para além do envio das remessas, é nesta dupla perspetiva que deve ser entendida a função dos emigrantes, que aqui não vou abordar.

Em relação aos pequenos Estados insulares em vias do desenvolvimento (PEIVD), alguns estudiosos sustentam que eles não devem basear o seu desenvolvimento em remessas de emigrantes porque tem subjacente a fuga de recursos humanos que são essenciais à implementação de ações e projetos de desenvolvimento. A este propósito, Roque Amaro (1986) chamou atenção para o perigo que representa a emigração para o futuro de Cabo Verde.

O problema que mais preocupa os especialistas é o da dependência dos PEIVD aos fluxos externos e não tanto assim da fuga de recursos humanos. Quando essa dependência ocorre em relação às remessas de emigrantes e ou às ajudas externas diz-se que esses países estão a adotar o chamado modelo MIRAGE². A sua adoção gera e tende a reforçar a dependência dos PEIVD a fluxos externos de desenvolvimento que esperam receber para financiar o seu desenvolvimento, nomeadamente os fluxos de remessas de emigrantes e de ajudas externas. O risco é que aquele modelo tende a orientar a economia para o consumo e menos para a produção (Poirine, 1995) remetendo-a para um processo de dependência económica permanente. Por consequência, um tal modelo desfavorece o sector exportador tradicional bem como as produções destinadas para o mercado interno, que passam a estar afetadas pela baixa dos preços relativos de bens de importação concorrentes, provocada pela sobrevalorização da moeda doméstica.

2 Chama-se ARAB ao modelo que é adotado nas ilhas e Estados em que a emigração é quase inexistente e as receitas externas recebidas são essencialmente rendas militares, como acontece nos chamados DOM-TOM – Départements d’Outre Mer e Territoires d’Outre Mer.

É esta argumentação que está na base das recomendações feitas aos pequenos territórios insulares para não orientarem a sua economia com base na emigração. Porém, não é a emigração em si que constitui um problema mas sim a forma como as remessas são afetadas.

Teses em defesa da emigração são sustentadas pelos especialistas e organizações internacionais com base em efeitos benéficos no país de origem a vários níveis. Os estudiosos argumentam que a emigração para países mais ricos do mundo constitui uma forma para reduzir a pobreza nos países em desenvolvimento, através das remessas dos emigrantes. Os estudos recentes mostram que o agregado familiar daqueles que emigram vêm a sua situação melhorada em termos de rendimento, consumo, educação e saúde (PNUD, 2009). E mostram que as pessoas intimamente ligadas com as redes de migrantes internacionais são mais participativas em assuntos da sua comunidade, mais abertas aos princípios democráticos e, também, muito mais críticas quanto ao desempenho democrático dos seus países de origem.

Outros autores afirmam que a emigração exerce efeitos muito significativos no empreendedorismo, nas normas da comunidade e nas transformações políticas, cujos efeitos se refletem frequentemente nas gerações seguintes (Anatol, Kirton e Nanan, 2013).

Um número crescente de descendentes de imigrantes exerce hoje cargos importantes nos países de acolhimento. Os casos do atual Presidente dos EUA, Obama, do ex-Presidente Sarkozy de França e do atual Presidente do Brasil, Dilma Rousseff, são exemplos disso. O primeiro é descendente de cruzamento entre africano (queniano) e americana de raça branca, o segundo de húngaros e judeus e o último é filha de um imigrante búlgaro. Há ainda os casos de Henry Kissinger e de Madeleine Albright, ambos de origem judaica, nascidos, respetivamente, em Baviera (Alemanha) e Praga (República Checa), que exerceram o 56º e o 64º cargo de Secretário de Estado dos EUA. Manuel Valls, de origem hispano-suíça, natural de Barcelona, é o atual Primeiro-ministro de França.

Quanto à emigração de quadros, tem sido argumentado que tanto os indivíduos qualificados como todos os outros indivíduos deslocam-se devido à falta de oportunidades nos seus países e vão em busca de uma vida melhor noutros lugares. Esse movimento de competências não parece ser tão prejudicial para os países de origem como geralmente se julga, na medida em que as pessoas com qualificações a viver no estrangeiro trazem, frequentemente, muitos benefícios importantes para os seus países de origem, por via de remessas, do desenvolvimento de redes sociais e de deias de progresso económico.

Os estudos recentes mostram que há uma correlação positiva entre a taxa de investimento direto estrangeiro (IDE) e o número dos graduados desse país a residir no país de origem do investimento. Isso pode significar que quanto mais emigrantes formados um país em desenvolvimento tiver num dado país de acolhimento mais elevado tenderá a ser o volume de investimento direto estrangeiro desse país no país de origem dos emigrantes. Por outro lado, tem sido argumentado que quantos mais emigrantes altamente qualificados de um país em desenvolvimento fixar num outro, mais intensas tenderão a ser as trocas comerciais entre esses países. E cerca de metade dos emigrantes qualificados regressa aos seus países de origem após aproximadamente cinco anos no



estrangeiro (PNUD, 2009: 77), dando contributo ao seu país com base em ideias, conhecimentos e projetos de desenvolvimento adquiridos nos países de acolhimento.

Estes estudos mostram que os países em desenvolvimento, mormente os PEIVD, não precisam recear a emigração, pelo que não devem travar os que queiram sair mas sim negociar com terceiros países a saída.

Ademais, a emigração exerce efeitos positivos na governação, no investimento, na tecnologia, no conhecimento, no comércio informal, etc., pelo que não deve ser travada sobretudo no caso específico de Cabo Verde e de S. Tomé e Príncipe. Por outro lado, contribui para a inserção dos países em desenvolvimento, em que a sua taxa é significativa, na economia mundial, através de maiores volumes de comércio e de IDE. Contribui, também, para melhorar a qualidade do empresariado local porque os que saem comunicam, geralmente, com os que ficam através do envio de mercadorias novas que são vendidas no mercado informal urbano.

Para muitos PEIVD, a emigração e as remessas que dela derivam constituem, de momento, o único meio para reduzirem a pobreza extrema.

3. AS REMESSAS DE EMIGRANTES – UM CONCEITO

Para os economistas, não é possível abordar o tema emigração sem o associar às remessas dos emigrantes por constituir um fluxo essencial ao desenvolvimento humano no país de origem dos emigrantes.

O conceito de remessas não é pacífico. Gerou e continua a gerar controvérsias entre especialistas e organizações internacionais.

O FMI e o Banco Mundial consideravam as transferências financeiras internacionais, as remessas dos trabalhadores migrantes, a remuneração dos assalariados e as transferências de capital dos migrantes (Observatório ACP das Migrações, 2011). O conceito de remessas se resumia às transferências correntes dos trabalhadores migrantes em dinheiro ou em espécie, posteriormente designada por «transferências pessoais»; às remunerações dos empregados, que não mais é do que rendimentos de «fronteira», isto é, aqueles que são recebidos a título de trabalho de curta duração em países em que não são residentes, ou sendo residentes, os empregadores não são residentes; e às transferências financeiras e de produtos dos migrantes.

Mais recentemente, a ONU, o Banco Mundial e o FMI concordaram em retirar as remessas dos migrantes da rubrica das transferências financeiras internacionais e as transferências correntes dos trabalhadores em dinheiro ou em espécie passou a designar-se «transferências pessoais». A partir de 2009, o FMI passou a considerar remessas apenas a remuneração dos trabalhadores e as «transferências pessoais».

A Organização Internacional das Migrações (OIM) considera remessa toda a transferência monetária realizada por um emigrante para o seu país de origem. Porém,

alguns especialistas consideram estes conceitos incompletos e imprecisos por não incorporarem outras realidades, e sugerem a consideração de todo o tipo de donativos em dinheiro e em produtos. Enquanto outros entendem que se deve considerar, também, as remessas sociais.

Para aqueles estudiosos, as ideias, práticas, atitudes, a visão e o capital social que, voluntária ou involuntariamente, o migrante transfere do país de acolhimento para o país de origem devem ser considerados como parte das remessas dos emigrantes (Levitt, 1998; Anatol et al., 2013).

Também as pensões de reforma que são transferidas do país de destino para o país de origem, onde o migrante passou a viver, deveriam ser integradas nas remessas de emigrante. Contudo, uma vez que não existem dados quantificados dos outros parâmetros de remessas, nem consensos sobre o seu conceito alargado, considero, para o efeito deste artigo, e em relação à análise comparada, apenas as remessas quantificadas, constantes das fontes estatísticas oficiais internacionais e ou locais.

4. AS REMESSAS COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO

4.1. As remessas: sua importância para os PVD e para os PEI

Em muitos países do sul, as remessas constituem uma das principais fontes externas de financiamento do desenvolvimento, excedendo a assistência oficial ao desenvolvimento e mesmo o IDE. Elas diferem da ajuda filantrópica e do investimento direto estrangeiro (IDE) devido a sua enorme previsibilidade e estabilidade e, também, por beneficiarem diretamente as famílias dos migrantes.

De acordo com o gráfico em baixo, retirado em Dilip Ratha et al. (2015), do Banco Mundial, as remessas para os países em desenvolvimento foram tendencialmente crescentes desde 1990, exceto nos anos de 2008 e 2009, que corresponderam ao período de maior crise económica nos países de origem das remessas. Elas revelaram maior estabilidade e previsibilidade em relação a outros fluxos externos, continuando a ser a principal fonte de recursos financeiros para a maioria desses países.

Para a mesma fonte, as remessas dos migrantes em 2014 atingiram 436 mil milhões de dólares para os países em desenvolvimento contra 402 mil milhões em 2012. Elas são menos voláteis do que APD e, em termos anuais, são iguais ou maiores do que as reservas em divisas estrangeiras em muitos pequenos países. Em alguns países do sul de grande dimensão chegam a representar mais de 25% das reservas em divisas estrangeiras. A Índia, China, as Filipinas e o México são os principais recebedores de remessas de emigrantes, mas é sobretudo nos pequenos territórios insulares que elas são cruciais.

De acordo com o Banco Mundial, cerca de 250 milhões de migrantes transferem presentemente para seus países de origem uma soma anual de quase 500 mil milhões de dólares. As estimativas dos especialistas do Banco Mundial mostram que as remessas em 2014 subiram 4,4%, em relação ao ano precedente, para os países em desenvolvimento e 2,2% para os países africanos subsarianos (Dilip Ratha et al., 2015). O Banco Mundial notou que, durante a crise, as remessas resistiram e continuaram a alimentar regularmente um fluxo de divisas estrangeiras para os países de origem dos migrantes, numa altura em que tanto a ajuda externa como o IDE flutuavam.

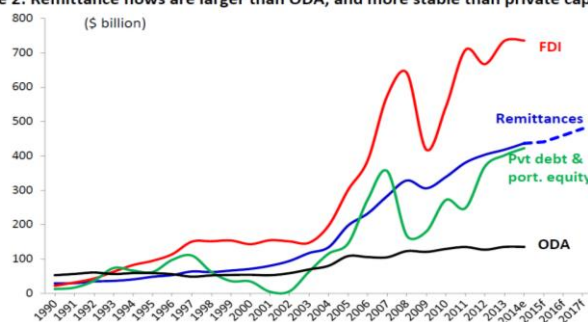
Os dados empíricos mostram que em muitos países em desenvolvimento as remessas dos emigrantes são superiores à Ajuda Pública ao Desenvolvimento e aos investimentos privados não incluídos no investimento direto estrangeiro. Para algumas organizações internacionais, que se dedicam à emigração, e para alguns especialistas, a sua importância estatística seria mais elevada se fossem consideradas remessas informais uma percentagem até 50% dos registos estatísticos para as remessas formais (Observatório ACP das Migrações, 2011).

A percentagem das remessas no PIB é geralmente muito grande nos pequenos países em desenvolvimento, particularmente nos da Ásia Central e nas ilhas Estado do Pacífico. Em 2013, representaram cerca de 49% em Tajiquistão e 24% em Tonga.

Em razão de terem uma percentagem de emigrantes na população total mais elevada (cf. Quadro em baixo n.º 1), os PEIVD tendem a registar, igualmente, uma maior proporção de remessas no PIB. As estatísticas do PNUD 2014 mostram que, em 2011, elas representaram 5,79% do PIB para os PEIVD, 4,67% para os países menos desenvolvidos e somente 2,73% para África Subsariana. Para os PEIVD, a percentagem de APD foi de 3,3% do PIB e 2,5% do IDE (2012), constituindo as remessas a sua principal fonte de recursos financeiros.

No Haiti, no Lesoto e na Libéria, as remessas chegam a representar mais de 20% do PIB. No conjunto dos PEIVD, os pequenos Estados insulares do Pacífico são, geralmente, os mais dependentes das remessas dos emigrantes. Em 2013, o seu peso no PIB foi de 24% em Tonga, 20% em Samoa e 11% em Tuvalu. Em Cômoros foi 19%, 9% em Cabo Verde e 9% em S. Tomé e Príncipe (Dilip Ratha et al., 2015).

Figure 2: Remittance flows are larger than ODA, and more stable than private capital flows



Sources: World Bank Staff calculations, World Development Indicators, OECD. Private debt includes portfolio investment bonds, and commercial banks and other lending.

Apesar da inquestionável importância das remessas para os PEI, o Quadro n.º 1 apresenta-nos uma outra realidade que é surpreendente porque parece por em causa o principal pressuposto de base deste trabalho. O Quadro mostra que há pequenos Estados insulares em que a percentagem dos emigrantes na população total é elevada, ou mesmo muito elevada, mas é muito reduzida a contribuição das remessas para o PIB. São, sobretudo, os casos de Trindade e Tobago, Antígua e Barbuda, Dominica e S. Tomé e Príncipe. Estes casos parecem contrariar a tese segundo a qual a emigração aumenta as remessas para os países de origem dos migrantes e reduz a pobreza dos que ficam. E isto leva-me a questionar o seguinte: o que é que origina esta situação? Por que razão as remessas são insignificantes em certos PEI e tendem a reduzir-se gradualmente noutros? Poderá esta realidade repetir-se noutros PEI?

Estudos recentes sobre as tendências migratórias globais mostram que a migração Sul-Sul aumentou de forma significativa, sobretudo nas Caraíbas (Anatol, Kirton e Nanan 2013), mas continua sendo essencialmente um fenómeno Sul-Norte. E ao contrário desta, a emigração Sul-Sul reduz a pobreza no país de origem dos que saem mas cria dificuldades orçamentais nos países de acolhimento em termos de educação, saúde e outros serviços sociais. Porém, não aumenta os fluxos de remessas para os países de origem dos emigrantes pelo que os que lá ficam não beneficiam com a emigração.

Em relação a Trindade e Tobago, Antígua e Barbuda e Dominica, grande parte dos seus emigrantes vive nos Estados Unidos de América (EUA) e no Canadá. Por outro lado, as estatísticas recentes do Banco de Cabo Verde sobre as remessas mostram que a parte proveniente dos EUA tende a ser cada vez mais reduzida (30% do total em 2000 e somente 16,3% em 2010), embora continue a representar cerca de 60% da população emigrante cabo-verdiana. O caso de S. Tomé e Príncipe tem outra explicação. A sua emigração é recente e orienta-se, geralmente, para países de baixo rendimento (Angola, Gabão, Guiné Equatorial) e Portugal.

A emigração beneficia os são-tomenses que saem do arquipélago, na medida em que melhora o seu nível de bem-estar, mas não reduz a pobreza dos que lá ficam. A explicação da reduzida importância das remessas para S. Tomé e Príncipe não pode ser encontrada somente na dimensão económica mas sobretudo a nível dos valores culturais, como se verá no ponto 7 deste artigo.

Mostrei em outro lugar que a cultura dominante na sociedade são-tomense é «mais precária, mais reativa e mais próxima da sobrevivência» (Jesuíno e Reis, 1996; Espírito Santo, 2013) e na qual sobressaem, de forma muito vincada, o «individualismo» e o «egoísmo» que constituem dois valores culturais do isolamento, na medida em que cada «um» olha para si ignorando o «outro» e ou o «coletivo». Num tal ambiente em que cada um procura lutar pela sua sobrevivência, o afeto, a solidariedade e a comunicação entre as pessoas ficam claramente prejudicados. Assim, os que saem comunicam pouco ou nada com a família que fica (Cardoso, 2015), pelo que as remessas enviadas raramente beneficiam as famílias. Os emigrantes são-tomenses tendem a enviar remessas para investir na construção da sua habitação, aquisição de terras, pequenos negócios ou envio de eletrodomésticos. Por conseguinte, contrariamente aos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, os migrantes de origem são-tomense, sobretudo os que vivem em Portugal, Angola e Gabão enviam remessas primordialmente para o seu próprio benefício e não para financiar as despesas correntes ou prioritárias das suas famílias. Em alguns momentos, as autoridades políticas de S. Tomé e Príncipe vieram ao público queixar-se da falta de solidariedade dos seus emigrantes, alegando que a enorme pobreza do País deve-se, em parte, à ausência dessa solidariedade.

Por seu lado, os migrantes são-tomenses queixam-se da falta de apoio dos seus familiares em relação a assuntos do seu interesse na «terra», nomeadamente pedidos de documentos, acompanhamento de negócios, proteção de bens ou a prestação de informação relevante.

Por conseguinte, a falta de afeto e de solidariedade entre os que saem e os que ficam, por um lado, e a eventual diminuição de interesses dos migrantes e seus descendentes ao país de origem, seja devido ao agrupamento familiar, a uma maior integração social no país de acolhimento ou a outros motivos, sugerem um estudo detalhado na medida em que afetam negativamente o envio das remessas.

Os estudos empíricos mostram que a emigração Sul-Norte é geradora de importantes fluxos de remessa para os países do Sul, mas têm sido decrescentes os fluxos de remessa provenientes dos EUA nos tempos mais recentes. Esta tendência é preocupante dada a relevância das remessas para os PEI, pelo que é preciso mais estudos sobre esta matéria, sobretudo aqueles que consideram, também, a dimensão cultural da emigração. Ademais, às questões colocadas tem de se procurar respostas através de



estudos aprofundados tanto nos países de acolhimento dos emigrantes como nos países de origem.

Quadro 1
PEIVD: Remessas em % do PIB e % de emigrantes na Pop total

PEIVD e Posição no IDH em 2013	Rem em % do PIB Ano 2010	% de Emigrantes na pop. Ano 2010
63. Granada	6,96	65,5
67. Antígua e Barbuda	2,15	47,6
67. Trindade e Tobago	0,57	26,7
72. Dominica	5,56	104,8
72. São Cristóvão e Nevis	6,52	61,1
80. Maurícia	2,33	10,9
83. São Vicente e Granadinas	4,54	37,7
85. Jamaica	14,50	36,1
88. Santa Lúcia	2,62	23,3
95. Tonga	23,65	45,4
96. República Dominicana	6,53	10,1
96. Fiji, Ilhas	5,78	21,3
96. Samoa	24,11	67,3
104. Maldivas	0,20	0,6
118. Guiana	13,65	56,9
124. Vanuatu	0,93	1,6
132. Cabo Verde	8,36	37,6
143. Ilhas Salomão	0,43	1,0
144. São Tomé e Príncipe	0,99	21,9
161. Haiti	22,59	9,9
Europa e Ásia Central	1,22	10,3
América Latina e Caraíbas	1,15	5,3
África Subsariana	1,99	2,5
Países menos desenvolvidos	5,09	3,3
PEIVD	6,13	12,5
Mundo	0,76	2,9

Fonte: PNUD 2013.

4.2. As remessas: uma afetação questionável

Nos tempos mais recentes, políticos, organizações internacionais e especialistas têm-se preocupado com a questão da utilização das remessas dos migrantes e as suas implicações no desenvolvimento dos países de origem. Esta preocupação deriva da constatação das evidências de que o grosso das remessas é gasto no financiamento do consumo, incluindo despesas com educação e saúde, pagamento de dívidas e construção ou aquisição de casa própria, sendo marginal a fração destinada ao investimento produtivo (Chami et al., 2005; Tolentino, 2008; Barajas et al., 2009; Jung, 2015).



Os especialistas estão interessados em saber quando é que as despesas de consumo, financiadas com remessas dos migrantes, devem ser consideradas mais próximas do investimento ou mais perto do «desperdício». As opiniões dos estudiosos divergem.

Uns, entendem que enquanto o investimento for marginal, o valor das remessas como fator de desenvolvimento é discutível. Outros, argumentam que as remessas contribuem para o desenvolvimento pessoal, local e nacional e, neste caso, favorecem o desenvolvimento humano. Outros ainda consideram que há casos de afetação de remessas que podem ser consideradas consumo para os académicos e investimento para as famílias.

Seja qual a perspetiva, tem de existir um limiar de qualidade de vida abaixo do qual não é possível separar a utilização das remessas para consumo e para investimento. Este limiar deve corresponder ao nível de satisfação das necessidades básicas em que se inclui alimentação, saúde, educação, e habitação, cuja qualidade deve situar acima da média no país de origem do migrante.

Por conseguinte, a orientação das remessas fica condicionada à condição socioeconómica das famílias dos emigrantes. E como a propensão marginal a poupar das mais pobres é muito baixa só uma pequena parte das famílias dos emigrantes consegue poupar e investir. A regra geral é que as remessas dos emigrantes contribuem para melhorar o nível de bem-estar local e nacional.

Nos pequenos Estados insulares em que há uma forte emigração, emigrar significa reduzir a pobreza dos que saem e dos que ficam, pelo que o dinheiro dos migrantes aumenta a riqueza no país de origem para financiar as despesas essenciais das famílias mais do que as do investimento produtivo.

Para os investigadores, políticos e organizações internacionais, as transferências de fluxos de remessas dos emigrantes contribuem para o aumento de nível de bem-estar do migrante e da sua família. E quando os rendimentos são reduzidos e incertos, as remessas assumem um papel vital na medida em que permitem satisfazer as necessidades básicas das famílias.

Em relação a África, os especialistas argumentam que as remessas dos migrantes africanos, quando comparadas com as de outros contextos, orientam-se, essencialmente, para o consumo porque os africanos só muito dificilmente sacrificam o bem-estar

imediatamente da sua família por um investimento produtivo sem que haja garantia de sucesso (Okome, 2007: 158). As remessas dos emigrantes africanos orientam-se para a segurança da sua família do que para o investimento produtivo ou inovação.

Embora não seja indiferente a orientação das remessas entre o consumo e o investimento, elas contribuem para estimular a economia dos países recetores, pois, sem elas, as possibilidades de crescimento económico seriam menores. Pelo que é inquestionável a importância das remessas dos emigrantes na economia dos países recetores. Mas a forma da sua afetação não deixa de gerar diferentes interpretações, sobretudo, entre os economistas que utilizam modelos económicos para estudar os seus efeitos no crescimento económico.

5. AS REMESSAS: DISCUSSÃO DOS SEUS EFEITOS NO CRESCIMENTO ECONÓMICO

Presentemente, um grande número de especialistas tem-se dedicado ao estudo do impacto das remessas no crescimento económico. Eles estudam os efeitos diretos e indiretos das remessas no crescimento da economia nos países de origem dos migrantes. Uns concluíram que os efeitos diretos são mínimos, inexistentes ou negativos, sendo significativos os efeitos indiretos. Em relação a estes últimos, os estudiosos procuram saber através de quais os canais esses efeitos ocorrem. Os muitos estudos económicos realizados confirmam a tese segundo a qual os efeitos indiretos das remessas no crescimento económico são, em geral, os mais significativos. Conclusão que é obtida através da estimação de equações de canais e a identificação dos respetivos mecanismos de transmissão.

Das e Chowdhury (2011) concluíram que existe uma relação positiva, de magnitude reduzida, entre as remessas e o PIB nos principais países recetores de remessas. Afirmam que elas influenciam o crescimento económico em apenas cerca de 4% do Produto. Barajas et al. (2009) mostraram que os efeitos diretos das remessas no crescimento económico são, em geral, insignificantes, e negativos em alguns países porque contribui para retardar o seu crescimento. Chami et al. (2005) provaram que as remessas não constituem um fluxo de capital para financiar o crescimento económico e

sim um recurso monetário que serve para compensar a baixa renda nos países recetores do mau desempenho económico.

Rao e Hassan (2009) mostraram que não há qualquer efeito direto significativo das remessas no crescimento económico, mas concluíram que existe uma relação por via indireta em que as remessas exercem um pequeno efeito positivo no crescimento do PIB o qual ocorre através do canal do investimento e do canal da oferta da moeda. Argumentam que as remessas, mesmo que pequenas, exercem efeitos positivos e negativos na economia mas não provocam aumentos de taxas de crescimento permanentes.

Barguelli et al. (2013) observaram que há uma correlação negativa entre as remessas e o crescimento do PIB, mas concluíram que quando se introduz no modelo um termo de interação entre as remessas e a educação, o crescimento económico é afetado de forma positiva, devido ao efeito positivo das remessas na educação. E afirmam que as remessas têm efeitos diretos e indiretos nos países em que a percentagem das remessas no PIB é mais elevada.

Por seu lado, Giuliano e Arranz (2009) provaram que as remessas exercem efeitos diretos e positivos no crescimento económico. Tânia Pinho (2014) concluiu que as remessas têm uma influência direta, positiva e significativa no crescimento económico dos países recetores e que, através do canal «capital humano», não há influência das remessas no crescimento económico dos países de rendimento baixo e médio-baixo, o que significa dizer que as remessas não são canalizadas para a educação. Somente no agrupamento dos países de rendimento médio-alto se confirma tal efeito indireto. Em relação ao canal «desenvolvimento financeiro», a autora concluiu que a interação entre as remessas e o sistema financeiro funciona como substituta na promoção do crescimento económico. Neste caso, as remessas constituem um fluxo financeiro importante ao diminuírem a necessidade das pessoas de recorrerem a empréstimos bancários para financiarem as suas atividades económicas. Elas podem, assim, utilizar as remessas para investir sem precisar de recorrer a créditos bancários.

Globalmente, estes estudos mostram que as remessas são essenciais aos países em desenvolvimento e, em particular, aos PEIVD, por contribuírem direta ou indiretamente para o seu crescimento económico, embora a sua importância varie de país para país consoante o seu peso no PIB.

6. REMESSAS: OS CASOS DE CABO VERDE E S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Este ponto não estuda o impacto dos fluxos de desenvolvimento (remessas de emigrantes, IDE e transferências oficiais) no produto interno bruto de Cabo Verde e de S. Tomé e Príncipe porque os dados observados apresentam flutuações muito acentuadas e distorceriam o significado econométrico da análise, e também, por não ser este o objetivo do presente artigo.

Assim, o que aqui vou procurar fazer é uma análise comparada do comportamento dos fluxos de desenvolvimento entre Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, tomando para o efeito, o período temporal de 1991 a 2013.

No período considerado, as remessas foram muito significativas tanto em termos absolutos como relativos em Cabo Verde e marginal em S. Tomé e Príncipe (cf. gráficos 1, 2, 6, 7 e 11 em anexo). Foram também mais importantes do que o IDE e as transferências oficiais, não somente em relação aos montantes assumidos mas sobretudo por serem mais previsíveis e mais estáveis. Elas tiveram uma evolução tendencialmente crescente entre 1991 e 2013 com máximos e mínimos menos pronunciados do que os outros fluxos de desenvolvimento, sendo o IDE o mais instável tanto em Cabo Verde como em S. Tomé e Príncipe.

Em Cabo Verde, as remessas atingiram 48,9 milhões de dólares em 1991, as transferências oficiais 35,3 milhões e IDE somente 1,7 milhões. Apenas entre 2006 e 2008, excluindo o ano de 1992, o IDE superou as remessas de emigrantes para Cabo Verde, um período em que a crise económica nos países de acolhimento dos emigrantes cabo-verdianos (Europa e EUA) atingia o ponto mais crítico.

Em 2013, as remessas chegaram a 165,7 milhões de dólares, as transferências oficiais 57,7 milhões e o IDE somente 36,3 milhões, o que mostra bem a grande importância das remessas para Cabo Verde.

Ao contrário de Cabo Verde, são as transferências oficiais e o IDE que, em momentos diferentes, tiveram um papel decisivo em S. Tomé e Príncipe (cf. os gráficos 6, 7, 8 e 9). As transferências oficiais foram vitais entre 1991 e 2005, quando o IDE e as remessas eram residuais. Elas evoluíram entre 11,6 milhões de dólares em 1991 para 33,5

milhões em 2005, tornando-se insignificante a partir de 2006, ano a partir do qual o IDE passou a ser vital até 2013, em que atingiu 29,5 milhões de dólares. Somente a partir de 2010 as remessas deram sinal de algum crescimento tendo passado de 6,4 milhões de dólares para 23,1 milhões em 2013, quase o dobro das transferências oficiais, mas aquém do IDE (cf. o gráfico 6).

Apesar da sua importância na economia de S. Tomé e Príncipe, as transferências oficiais e o IDE são muito instáveis e imprevisíveis, com flutuações bastante abruptas, o que contribui para que este país viva situações de «pânico» financeiro e de incertezas permanentes.

Em termos relativos, as remessas em 1991 representaram 15,2% do PIB em Cabo Verde e apenas 1,1% em S. Tomé e Príncipe (cf. os gráficos 2 e 7). Flutuaram em torno de 15% até 1995 mas começaram a manifestar sinais de desaceleração a partir do ano seguinte até atingir o nível mais baixo de sempre em 2010 (7,5%). Somente em 2013 as remessas chegaram a 7,5% do PIB em S. Tomé e Príncipe, influenciado por um valor anormal observado nesse ano, e 8,9% em Cabo Verde (cf. os gráficos 2 e 7).

Uma leitura conjunta dos gráficos 2, 3 e 4 permite concluir pela grande importância e relativa estabilidade das remessas em percentagem do PIB em Cabo Verde face a uma forte instabilidade do IDE e uma tendência sempre decrescente das transferências oficiais.

Em S. Tomé e Príncipe, as remessas representaram sempre uma percentagem reduzida do PIB mas com uma ligeira tendência a aumentar a partir de 2010 (cf. o gráfico 7). São as transferências oficiais e o IDE que, apesar da sua enorme instabilidade, tiveram uma participação importante no produto interno bruto (cf. os gráficos 8 e 9) tendo cada um dos fluxos atingido a percentagem mais elevada do PIB, respetivamente, em 1997 (71,3%) e em 2008 (31,2%).

Os gráficos 5 e 10 representam uma relação entre o PIB e as remessas de emigrantes em Cabo Verde e em S. Tomé e Príncipe entre 1991 e 2013 e mostram que elas parecem influenciar de forma significativa e positiva o crescimento do PIB em Cabo Verde enquanto em S. Tomé e Príncipe a sua influência é praticamente nula ou residual.

O gráfico 11 compara a tendência das remessas em percentagem do PIB entre Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe e mostra que elas foram muito importantes no primeiro

e irrisórias no segundo. Esta relação tornou-se visivelmente decrescente em Cabo Verde entre 2002 (13,6%) e 2009 (7,5%) e fixou-se em 8,9% do PIB em 2013. Esta desaceleração coincide com uma significativa diminuição das remessas provenientes dos EUA que representam 60% dos emigrantes cabo-verdianos. Ela manteve-se estacionária e residual em S. Tomé e Príncipe entre 1995 (1,3%) e 2009 (1%) mas subiu exponencialmente em 2013 (7,5%), com tendência a aproximar-se do valor relativo de Cabo Verde. Apesar deste aumento repentino em 2013, que suscita reservas quanto à qualidade da informação estatística, as remessas dos migrantes são-tomenses diferem das dos cabo-verdianos na medida em que tendem a beneficiar os próprios e não tanto as famílias no país de origem.

Esta análise permite-nos concluir o seguinte:

- As remessas são vitais para Cabo Verde e insignificantes em S. Tomé e Príncipe;
- As transferências oficiais e o IDE são importantes para S. Tomé e Príncipe;
- As constantes flutuações muito pronunciadas das transferências oficiais e do IDE para S. Tomé e Príncipe pode significar uma grande incapacidade das autoridades são-tomenses em convencer os doadores internacionais ou investidores estrangeiros a afetar mais recursos financeiros, com regularidade, em S. Tomé e Príncipe. Esta incapacidade pode estar relacionada com a instabilidade política permanente entre 1991 e 2014, associada a uma prática generalizada de corrupção.

No que respeita ao IDE, a prática de corrupção institucionalizada tende a desencorajar investidores estrangeiros privados quando afeta os seus negócios. Por outro lado, os sucessivos adiamentos na passagem à fase de exploração económica da atividade petrolífera, anunciada há mais de uma década, geram incertezas nos investidores estrangeiros e explicam em boa medida as flutuações, uma vez que uma parte significativa do IDE está relacionada com atividades da Zona de Exploração Conjunta com a Nigéria e da Zona Económica Exclusiva, pelas quais S. Tomé e Príncipe tem recebido bónus pela concessão da exploração.



7. SIGNIFICADO DE UMA AMOSTRA PARA O CASO DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Como ficou mostrado no ponto anterior, não está em causa o afluxo de remessas para Cabo Verde mas sim para S. Tomé e Príncipe, pelo que, neste caso, houve a necessidade de aprofundar a análise, com base numa amostra de 100 emigrantes³.

Com esta amostra, pretendi recolher informação necessária à compreensão de motivos pelos quais são escassas as remessas para S. Tomé e Príncipe, com base na premissa segundo à qual «a ausência ou a fraca solidariedade entre os são-tomenses determina um montante irrisório dos fluxos de remessa de emigrantes».

O questionário foi estruturado tendo em consideração a idade, a atividade profissional e o nível de escolaridade e foi realizado em Julho de 2015, por via telefónica, aos indivíduos previamente selecionados.

Dos emigrantes selecionados, 3 residem em França, 5 em Londres, 15 em Luanda (Angola) e 77 em Portugal e estão todos em exercício de uma atividade profissional remunerada há mais de um ano ou em situação de aposentado. Apenas dois têm filhos ou cônjuge no país de origem e nenhum é descendente de imigrantes.

A maioria dos inquiridos tem idade compreendida entre 40 e 64 anos (95%), e 52% são do género masculino. Mais de 60% são emigrantes qualificados e 45% têm um diploma de ensino superior.

Todos os inquiridos responderam que têm pelo menos um parente muito próximo em S. Tomé e Príncipe (pai, mãe, irmãos, tios, filhos, sobrinhos ou avôs), mas somente 5% afirmaram que enviam mensalmente remessas para a sua família. Do total, 15% enviam esporadicamente, enquanto 80% afirmaram que não as enviam. Mas 23% enviam remessas para os seus próprios interesses (construção, conservação, ou reabilitação de habitação, vigilância de patrimónios, etc.).

Dos 20% que enviam remessas para a família, 12 são homens e 8 são mulheres, pelo que não há uma relação com a questão de género.

³ Agradeço a são-tomenses emigrados que me concederam as entrevistas.



As remessas são enviadas através de amigos ou de pessoas conhecidas, em dinheiro e/ou em género, ou através de empresas de câmbio não oficiais (Intermar, Foto Costa) com contas em Portugal e estabelecimento estável em S. Tomé.

Dos que enviam remessas com regularidade, a maioria (3%) afirmou que o faz por solidariedade e afeto à família enquanto outros (2%) disseram que enviam por obrigação moral por se tratar de mãe.

A maioria dos inquiridos (75%) afirmou que não envia remessas ou que as envia esporadicamente porque a família que ficou na «terra» não é solidária, carinhosa nem atenciosa, mas sim interesseira. «Pede ajudas e tem-nas, na maioria das vezes, mas quando é solicitada a prestar apoios, não são dados ou são-no com demasiada lentidão, imprecisão ou desleixo».

Por outro lado, afirmaram que os familiares interiorizaram que os emigrantes são ricos e, por isso, têm a obrigação de os ajudar. «Esperam muito de nós mas não são nada prestáveis quando precisamos».

Muitos afirmaram que sentem-se «obrigados» a deslocarem-se ao país para tratarem de documentos ou outros assuntos do seu interesse porque a família que ficou na «terra» não se mostra capaz ou interessada em lhes prestar este tipo de auxílio, pelo que não vêm razões para dar ajudas.

Outros afirmaram que foram enganados pela família (pai, irmão, primo, etc.) a quem confiaram importantes somas em dinheiro para compra ou construção de prédios em seu nome ou de bens enviados, incluindo viaturas, os quais foram delapidados ou apropriados, razão pela qual não enviam remessas para a família. Mas 12% afirmaram que já não há interesse para o envio de remessas por motivos de reagrupamento familiar (pais e filhos) enquanto 15% invocaram dificuldades financeiras alegando que o seu salário é insuficiente para contribuir com remessas para a família.

Os resultados deste inquérito mostram que há uma tendência clara para o divórcio entre os que saem e os que ficam em S. Tomé e Príncipe devido à ausência de espírito de entreajuda e de solidariedade entre os são-tomenses. E isso tem a ver com a cultura dominante na sociedade são-tomense que é «precária, reativa e de sobrevivência» em que o «individualismo» e o «egoísmo» se tornaram muito evidentes. Uma tal cultura não



favorece a transferência de remessas em benefício das famílias e, conseqüentemente, limita a sua magnitude.

8. INFLUÊNCIA DE VALORES CULTURAIS NAS REMESSAS DE MIGRANTES

Para além dos fatores que ameaçam as remessas, já mencionados, a análise comparada entre Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe e a análise da amostra para o caso de S. Tomé e Príncipe, quanto ao envio de remessas, levam-me a considerar que, também, os valores culturais influenciam o seu montante.

No estudo comparado entre Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, publicado pela editora Gradiva em 2013, com o título «Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe: Empresariado como fator de desenvolvimento e transformação social», mostrei que ambos os países têm valores culturais distintos, apesar de terem um passado histórico comum.

O ambiente social em que se estruturaram os valores culturais em Cabo Verde é diferente daquele em que emergiram os valores culturais em S. Tomé e Príncipe e determinou diferentes formas de ser e estar desde a formação primitiva das duas sociedades.

Em Cabo Verde, um tal ambiente fez surgir o «no djunta mon» que, em português, significa «temos que nos unir em torno de um objetivo comum para o bem de todos». Subjacente ao «no djunta mon» está o espírito de entreajuda, a solidariedade, o afeto e a comunicação.

Em S. Tomé e Príncipe emergiram, de forma exacerbada, o «individualismo» e o «egoísmo», traduzidos em crioulo local pela expressão «cada nguê scá sêbê di vida dê». Em português, significa que «cada um procura cuidar de si sem se preocupar com o interesse dos outros indivíduos ou do coletivo». Numa tal cultura prevalece o «Eu» sobre os «Outros», em que o principal objetivo do indivíduo é tirar maior proveito «material» sobre os outros na prática de um expediente qualquer ou situação. E, ao contrário dos cabo-verdianos, em que sobressaem a cultura de entreajuda, de solidariedade, de afeto e de comunicação, os são-tomenses são individualistas e egoístas, sendo, também, «mais

precária, mais reativa e mais próxima de sobrevivência» a cultura dominante na sociedade são-tomense. Consequentemente, uns e outros encaram o envio de remessas de formas diferentes.

Os emigrantes cabo-verdianos se preocuparam, desde sempre, com o envio de remessas para a família que ficou na «terra» enquanto a propensão dos são-tomenses para enviar remessas para a sua família é reduzida e, geralmente, quando as enviam destinam-se a satisfazer os seus próprios interesses e não os da família no país de origem. Por conseguinte, tudo leva a crer que a reduzida contribuição das remessas para o PIB em S. Tomé e Príncipe, não obstante a importância relativa da sua população emigrante (Quadro 1), deve-se mais a razões de ordem cultural do que económica.

9. OS PEIVD E AS REMESSAS DE MIGRANTES: ALGUMAS RECOMENDAÇÕES

As remessas são vitais para os PEIVD como Cabo Verde na medida em que representam uma percentagem importante do seu PIB. Mas essa forte dependência aos fluxos de remessas de emigrantes aumenta a vulnerabilidade desses países sobretudo quando as crises económicas prolongadas afetam drasticamente os países de proveniência das remessas ou quando ocorrem outros fenómenos que fazem diminuir a magnitude das remessas, tais como a apreciação do dólar face a outras moedas do mercado internacional, a baixa do preço de petróleo nos países de acolhimento exportadores de hidrocarboneto e políticas restritivas a imigração nos países mais ricos. O reagrupamento familiar num país de acolhimento pode ter o mesmo efeito porque a razão que está subjacente ao envio das remessas deixa de existir. Ou a maior integração social dos migrantes nos respetivos países de residência. Estas ameaças permanentes de redução das remessas levam a questionar-se sobre qual deve ser a estratégia dos PEIVD para as contrariar.

Os pequenos Estados insulares são caracterizados por enormes vulnerabilidades, estando a sua sobrevivência e desenvolvimento dependentes de fatores externos que eles não controlam.

Consequentemente, os PEIVD como Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, que não dispõem de um recurso natural valioso, do qual esperam receber uma renda vitalícia,

estão, por assim dizer, condenados a abrirem-se ao exterior para obterem fluxos externos de maneira a sustentar a sua sobrevivência e desenvolvimento. Neste caso, estes países não devem temer os fatores que atuam contra as remessas de emigrantes porque não os conseguem controlar mas sim adotar políticas de emigração nas suas estratégias de desenvolvimento.

O que neste artigo se sugere é que esses países procurem otimizar o acesso a esses fluxos bem como a sua utilização eficiente através de políticas e ações domésticas e uma diplomacia externa virada para a emigração.

Neste caso, a estratégia a seguir pelas autoridades desses pequenos Estados insulares deve consistir numa ação diplomática ativa junto dos principais países de destino dos emigrantes no sentido de negociar acordos de cooperação visando a entrada legal de uma certa percentagem dos seus cidadãos nos respetivos países, até ao nível em que as saídas não provoquem escassez de recursos humanos para viabilizar os objetivos de desenvolvimento sustentável.

Essa estratégia deve ser concebida em articulação com o ensino e formação profissional, pelo que é essencial o aumento de investimento nestas vertentes de maneira a dotar uma percentagem significativa dos potenciais emigrantes com um nível razoável de conhecimentos técnicos e científicos.

Emigrante com um nível de educação mais elevado e prévio conhecimento da língua estrangeira do país de fixação constitui um valor acrescentado tanto para o próprio, que mais facilmente se integra na sociedade de acolhimento, como para o país de destino. Isso também é benéfico para o país de origem porque um nível mais elevado de educação permite a obtenção de um rendimento maior no país de fixação e, conseqüentemente, poderá originar uma maior fatia para a remessa de emigrante em benefício do país de origem do migrante, para além da remessa social que agora pode ver a sua qualidade melhorada. Por outro lado, uma população com maior nível de educação e de instrução saberá utilizar de forma mais eficiente os fluxos de remessa de emigrantes poupando e investindo em atividades produtivas ao invés de consumo extraordinário.

A ação do governo é fundamental para atrair as remessas através sobretudo de políticas de proximidade a migrantes e de fomento da democracia e de concretização de atividades de desenvolvimento em geral.

Para muitos PEIVD, esta parece ser a única forma para se integrarem na nova economia mundial globalizada e reduzir a pobreza, fornecendo seus recursos humanos

qualificados a países mais ricos, cuja população está em decadência, em troca de importantes remessas de emigrantes.

A tarefa dos países em que a cultura dominante constitui um bloqueio ao envio de remessas para as famílias, com é o caso de S. Tomé e Príncipe, é muito mais difícil. Eles precisarão, provavelmente, de mais tempo e muito investimento na educação, instrução e formação, sobretudo na vertente cívica, para encontrarem o caminho de aproximação.

10. CONCLUSÃO

Para a generalidade dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento, as remessas dos emigrantes constituem o seu principal fluxo externo de desenvolvimento e muitos desses países, como Cabo Verde, vivem economicamente na dependência dessas remessas. Os PEI em que as remessas são insignificantes e não têm um recurso natural valioso, através do qual recebem uma renda vitalícia, como é o caso de S. Tomé e Príncipe, tendem a viver uma situação permanente de «pânico» financeiro, sobretudo quando a ajuda externa ao desenvolvimento e, ou, o IDE são tardios e insuficientes.

Como as remessas são vitais para os pequenos países insulares, devem colocar a emigração no centro das suas políticas de desenvolvimento porque dela derivam fluxos de remessas para o seu desenvolvimento humano e divisas estrangeiras. Em particular, devem adotar estratégias de proximidade e de cooperação com os países de acolhimento, e de afeto e comunicação com os seus emigrantes. Em termos domésticos, devem adotar práticas de boa governança congruentes com o desenvolvimento humano e investir na educação e formação dos potenciais emigrantes porque os emigrantes com maior nível de educação e formação são suscetíveis de gerar um maior fluxo de remessas. Tudo isto tem de ser conduzido de maneira a atrair um maior volume de remessas de migrantes.

Nos países em que a proporção dos emigrantes na população total é significativa mas reduzida ou irrisória as remessas, pode-se questionar sobre as razões pelas quais isso ocorre. No caso de S. Tomé e Príncipe, além da dimensão económica (crise económica nos países de fixação), há valores culturais, de isolamento (individualismo e egoísmo), a influenciar o envio das remessas dos emigrantes.

Por outro lado, os fluxos provenientes dos EUA tendem a ser cada vez mais reduzidos nos tempos mais recentes, nomeadamente para Trindade e Tobago, Antígua e Barbuda, Dominica e Cabo Verde, pelo que se impõe questionar o que é que está por detrás desta tendência decrescente. Terá havido mudança de valores culturais de migrantes? Poderá esta tendência ocorrer em relação a remessas provenientes da Europa? Estas questões sugerem novas investigações sobre as remessas dos migrantes.

REFERÊNCIAS

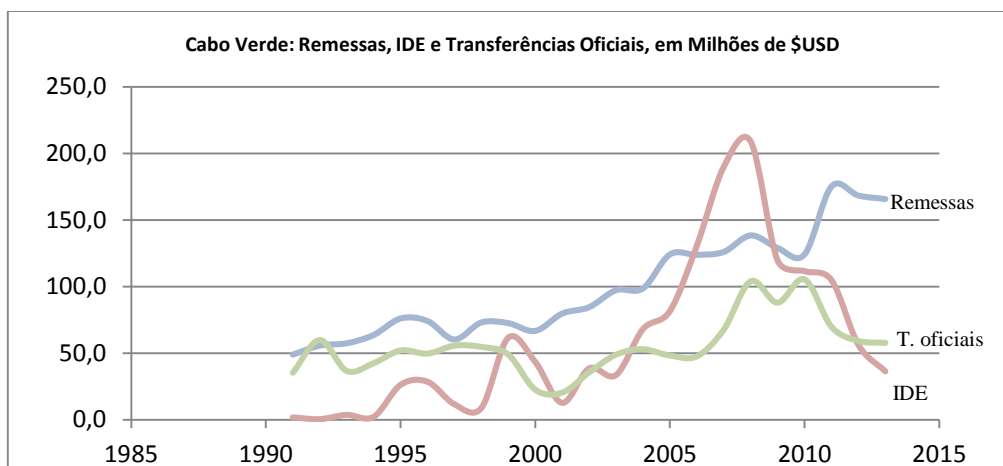
- Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP): Mercados, informação global. São Tomé e Príncipe - Ficha de Mercado, junho 2015.
- Amaro, R. (1986), «Emigração e desenvolvimento em Cabo Verde – algumas reflexões», in *Economia e Socialismo*, Ano X, n.º 69/70, Lisboa, dezembro de 1986, pp. 129-142.
- Anatol, M., Kirton, R. e Nanan, N. (2013), *Becoming an Immigration Magnet: Migrants' profiles and the impact of migration on human development in Trinidad and Tobago*, ACP Observatory on Migration, Research Report ACPOBS/2013/PUB15.
- Banco de Portugal: 5º Encontro de Lisboa, 3 e 4 de outubro de 1995.
- Banco de Portugal: Evolução das Economias dos PALOP 2000/2001
- Banco de Portugal: Evolução das Economias dos PALOP e de Timor Leste 2003/2004 a 2013/2014.
- Barajas, A., Chami, R., Fullenkamp, C. e Montiel, P. (2009), «Do Workers' Remittances Promote Economic Growth?», IMF Working Paper. WP/09/153.
- Barguelli, A., Zaiem, M. e Zmami, M. (2013), «Remittances, Education and Economic Growth. A Panel Data Analysis», *Journal of Business Studies Quarterly*, 2013, vol. 4, n.º 3.
- Cardoso, M. (2015), «Migrações e Estratégias de Desenvolvimento dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento. Estudos de caso: Cabo Verde e São Tomé e Príncipe», in *Cadernos de Estudos Africanos*, n.º 29, Centro de Estudos Internacionais do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.
- Chami, C. e Jahjah, S. (2005), «Are Immigrant Remittances Flows a Source of Capital for Development?», IMF Staff Papers, vol. 52, n.º 1, 2005, International Monetary Fund
- Das, A. e Chowdhury, M. (2011), «Remittances and GDP Dynamics in 11 Developing Countries: Evidence from Panel Cointegration and PMG Techniques», *The Romanian Economic Journal*, ano XIV, n.º 42.
- Espírito Santo, A. (2013), *Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe: Empresariado como factor de desenvolvimento e transformação social. Outros olhares sobre a economia*, Lisboa, Gradiva.
- Giuliano, P. e ARRANZ, Marta R. (2009), «Remittances, Financial Development, and Growth», *Journal of Development Economics* 90 (2009) 144-152.



- Jesuíno, J. e Reis, E. (1996), «Culturas empresariais na África Lusófona», in *Economia Global e Gestão*, n.º 2/96, Lisboa, AEDG/ISCTE, pp. 7-21.
- Jung, P. (2015), «Migration, Remittances and Development: A case study of Senegalese labour migrants on the Island Boa Vista, Capa verde», in *Cadernos de Estudos Africanos*, n.º 29, Centro de Estudos Internacionais do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.
- Levitt, P. (1998), «Social Remittances: Migration Driven Local – Level Forms of Cultural Diffusion», *International Migration Review*, vol. 32, n.º 4 (inverno, 1998), 926-948.
- Okome, M. (2007), «African Diasporas», in Barbara J. Merz, Lincoln C. Chen e Peter F. Geithner (eds.), *Diasporas and Development, Studies in Global Equity*, Cambridge, Massachusetts, and London, Global Equity Initiative, 2007, pp. 151-184.
- Observatório ACP das Migrações: Remessas na África, Caraíbas e Pacífico. Nota de informação ACPOBS/2011/NI02, OIM, 2011.
- Pinho, T. (2014), *Efeitos diretos e indiretos das remessas de emigrantes no crescimento económico. Um estudo de painel aplicado à economia mundial, 1980-2011*, (tese de mestrado), Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Poirine, B. (1995), *Les Petites Economies Insulaires: Theorie et Strategies de Development*, Paris, L'Harmattan.
- Ratha, D., De, S., Dervisevic, E., Plaza, S., Schuettler, K., Shaw, W., Wyss, H., Yi, S. e Yousefi, S. (2015), «Migration and Remittances: Recent Developments and outlook. Special Topic: Financing for Development», *Migration and Development Brief 24*, World Bank.
- Rao, B. e Hassan, M. (2009), «A panel data analysis of the growth effects of remittances», University of Western Sydney, MPRA Paper n.º 18021.
- Tolentino, A., Rocha, C. e Tolentino, N. (2008), *A importância e o impacto das remessas dos imigrantes em Portugal no desenvolvimento de Cabo Verde*, Lisboa, Alto – Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.)

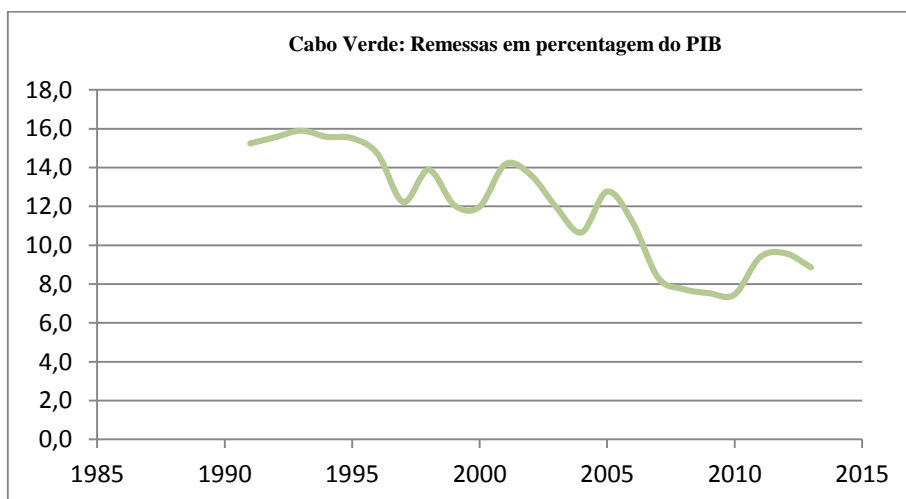
ANEXOS

Gráfico 1



Fonte: Elaborado pelo autor. Dados estatísticos do Banco de Portugal e do Banco de Cabo Verde.

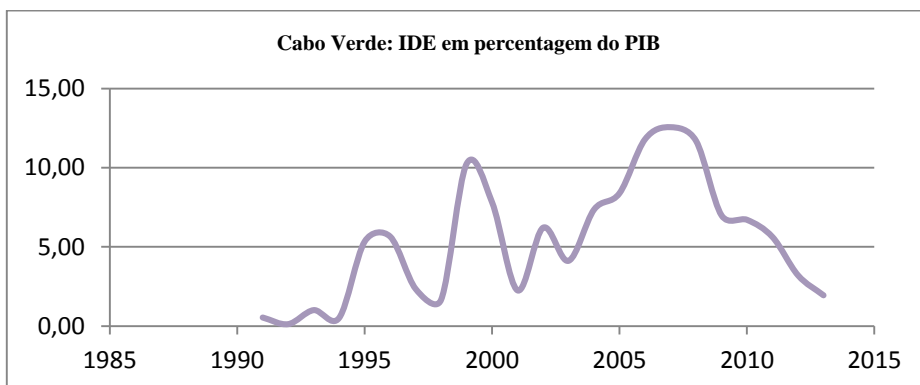
Gráfico 2



Fonte: Elaborado pelo autor. Dados estatísticos do Banco de Portugal e do Banco de Cabo Verde.

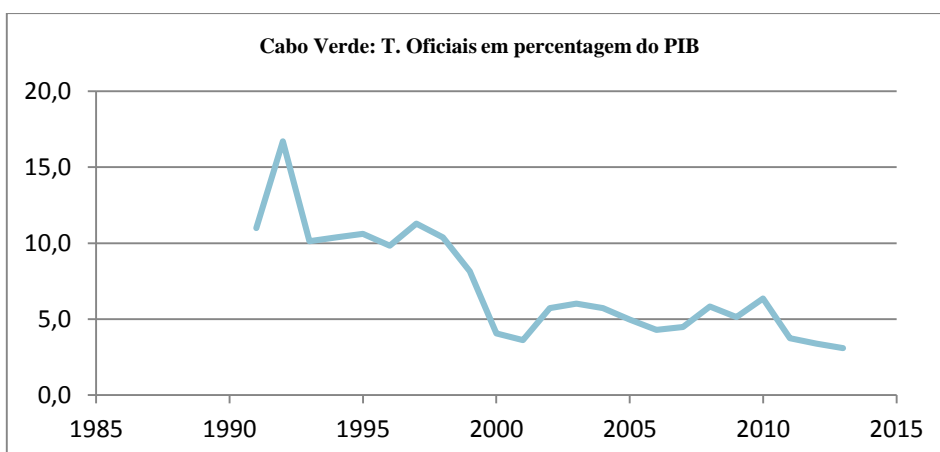


Gráfico 3



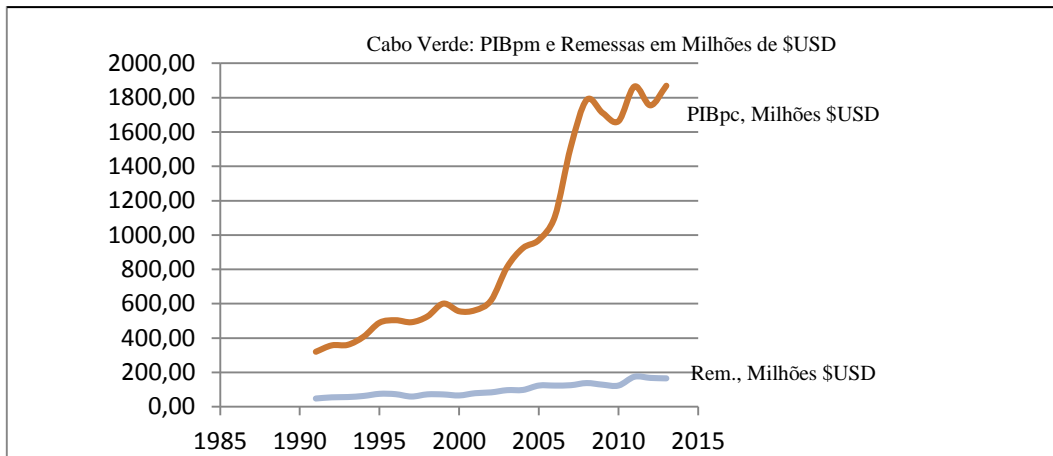
Fonte: Elaborado pelo autor. Dados estatísticos do Banco de Portugal e do Banco de Cabo Verde.

Gráfico 4



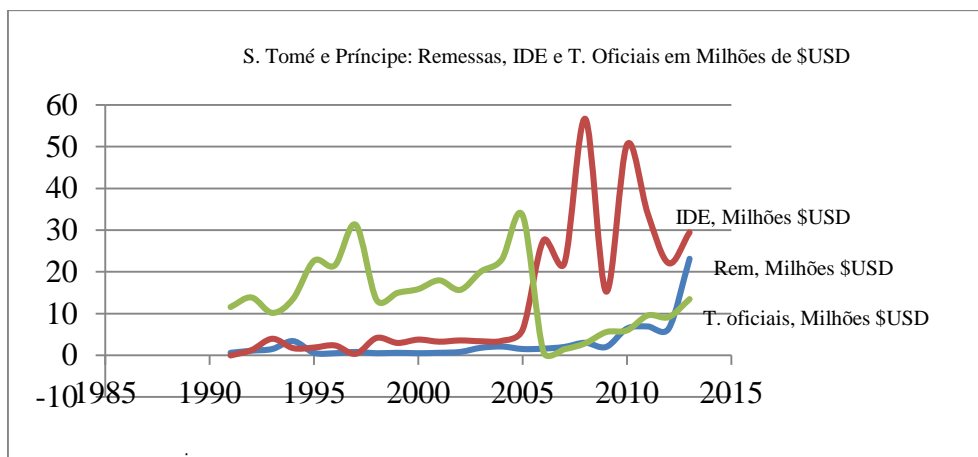
Fonte: Elaborado pelo autor. Dados estatísticos do Banco de Portugal e do Banco de Cabo Verde.

Gráfico 5



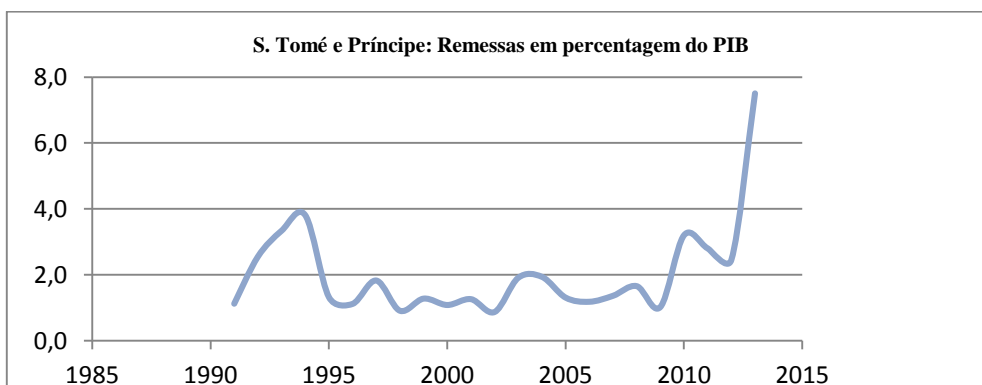
Fonte: Elaborado pelo autor. Dados estatísticos do Banco de Portugal e do Banco de Cabo Verde.

Gráfico 6



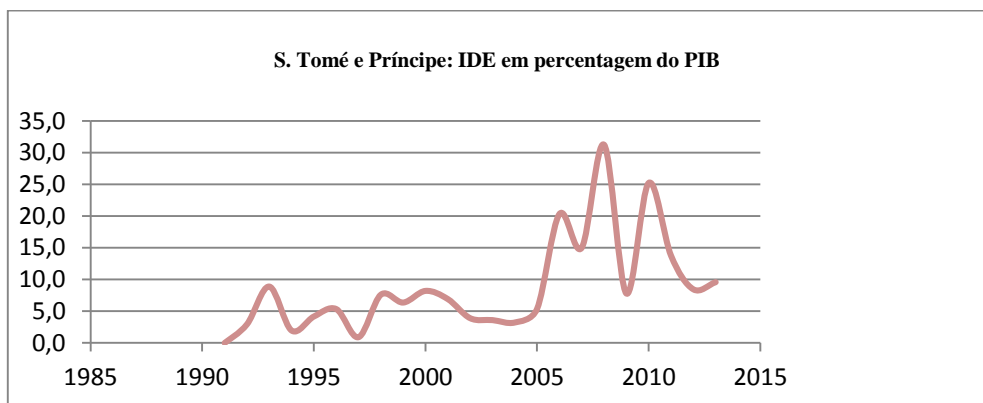
Fonte: Elaborado pelo autor. Dados estatísticos do Banco de Portugal.

Gráfico 7



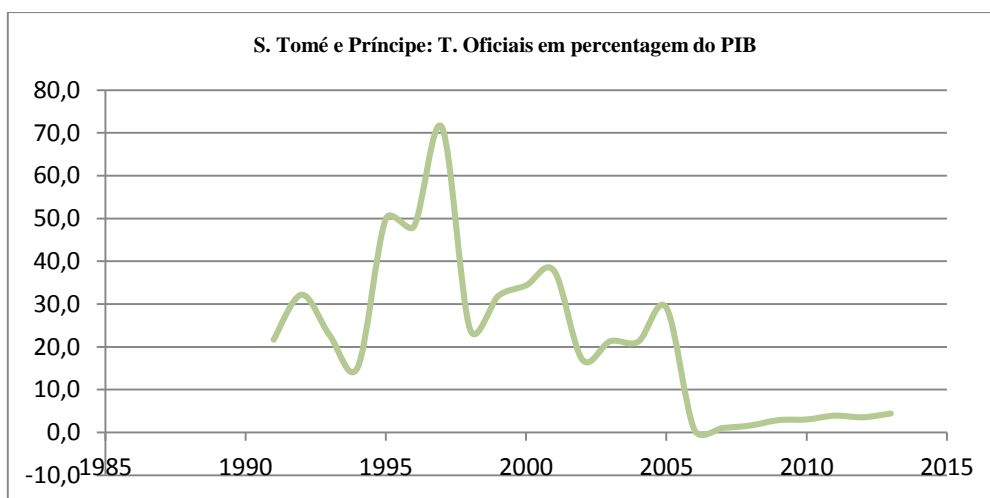
Fonte: Elaborado pelo autor. Dados estatísticos do Banco de Portugal e INE S. Tomé e Príncipe.

Gráfico 8



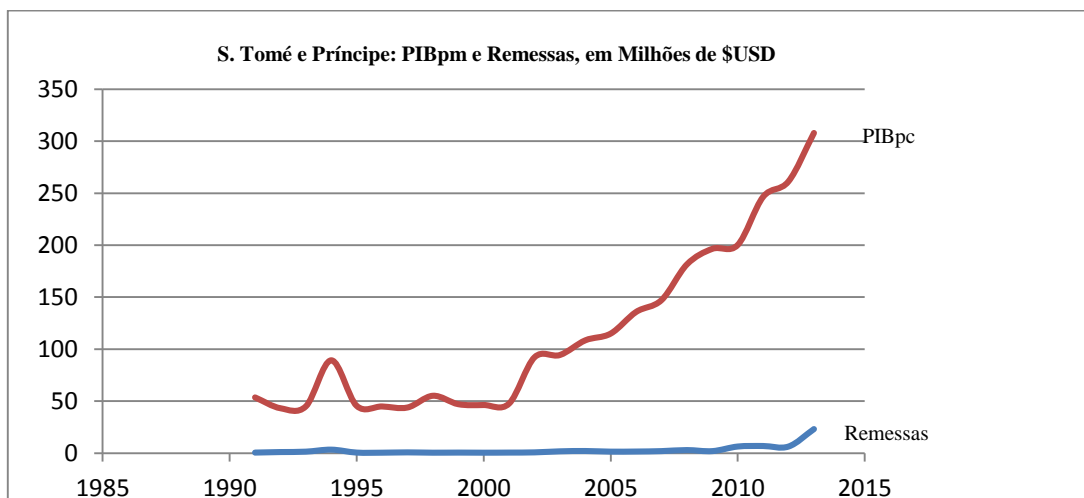
Fonte: Elaborado pelo autor. Dados estatísticos do Banco de Portugal e INE S. Tomé e Príncipe.

Gráfico 9



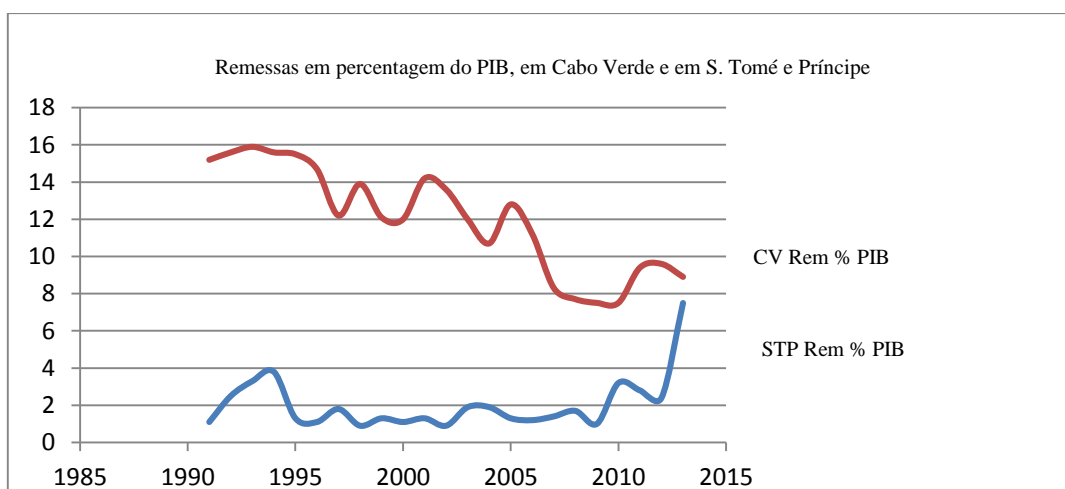
Fonte: Elaborado pelo autor. Dados estatísticos do Banco de Portugal e INE S. Tomé e Príncipe.

Gráfico 10



Fonte: Elaborado pelo autor. Dados estatísticos do Banco de Portugal e INE S. Tomé e Príncipe.

Gráfico 11



Fonte: Elaborado pelo autor. Banco de Portugal, Banco de Cabo Verde e INE S. Tomé e Príncipe.